

A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense

“Economy of need” and reproduction of slave labour in rural Maranhão

Marcelo Sampaio Carneiro

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com estágio na École des Hautes Études em Science Sociale (EHESS) e Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
marcelo.sampaio@ufma.br

Flavia de Almeida Moura

Jornalista pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professora de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
flaviaalmeidamoura29@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir os fatores que favorecem a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense por meio do cruzamento de informações sobre trabalhadores resgatados de situação de trabalho escravo e da análise das diferentes configurações que caracterizam a socioeconomia das regiões em que predominam as denúncias sobre esse tipo de recrutamento e imobilização da força de trabalho. Para realizar tal tarefa, utilizamos informações de natureza secundária e dados de pesquisas de campo que realizamos nos municípios do Codó e Açailândia, que se caracterizam por uma elevada concentração de casos de denúncia e de fiscalização de trabalho escravo no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Trabalho Escravo; Precisão; Configuração; Agropecuária.

ABSTRACT: *This article discusses the factors that favour the reproduction of slave labour in rural Maranhão State by correlating information on workers rescued from situations of slave labour and by examining the various socioeconomic configurations characteristic of the areas where complaints of this kind of labour recruitment and immobilisation predominate. That task was performed using secondary information and data from field research conducted in the municipalities of Codó and Açailândia, which displayed high concentrations of complaints and inspections relating to slave labour in Maranhão State.*

Keywords: *Slave labour; Need; Configuration; Agriculture and livestock.*

Introdução

Este artigo tem o objetivo de discutir os fatores que favorecem a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense, tomando como referência a dinâmica geral da ocupação e do emprego no meio rural e a realização de pesquisas com trabalhadores que foram resgatados de situações de escravidão contemporânea, que vimos realizando ao longo dos últimos vinte anos (MOURA, 2009; CARNEIRO, 2013).

Para fazer essa análise, utilizamos informações de dois tipos. Trabalhamos com dados secundários, extraídos da base de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Agropecuário), do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) e da Comissão Pastoral da Terra (Caderno de Conflitos no Campo), e com dados primários, obtidos nas pesquisas qualitativas que realizamos em duas regiões de ocorrência de trabalho escravo no estado do Maranhão. Na primeira região estudada, cujo município de referência é Codó, realizamos pesquisa sobre a evolução da estrutura fundiária e o comportamento do mercado trabalho desde 2005, quando, a convite da CPT (Comissão Pastoral da Terra), investigamos o deslocamento de trabalhadores dessa região para a lavoura sucroalcooleira paulista. Na segunda região, que corresponde ao município de Açailândia, nosso investimento de pesquisa é mais antigo, datando do início dos anos 1990, quando começamos a investigar a instalação da siderurgia a carvão vegetal e seus impactos para o mercado de terra e de trabalho nesse município.

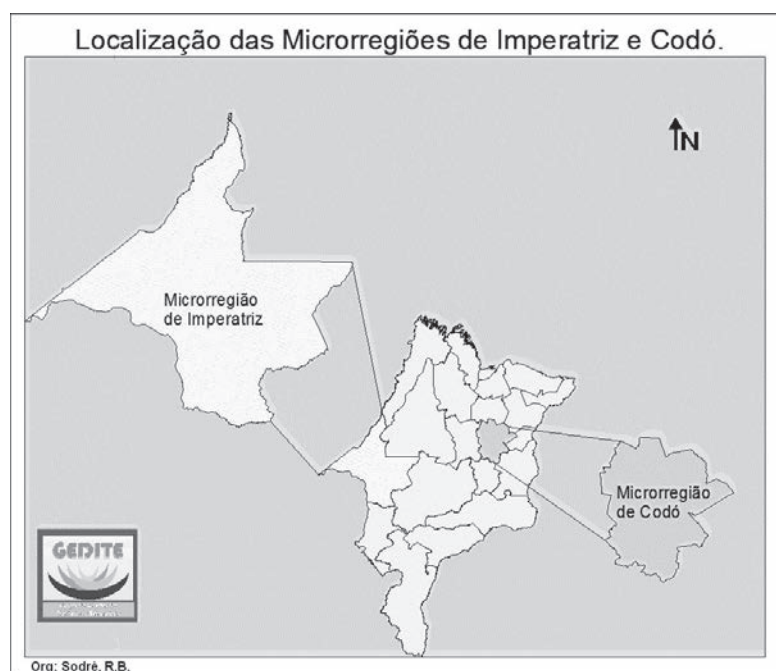
A análise comparada das situações de trabalho escravo nesses dois municípios, que se situam nas Microrregiões Homogêneas de Imperatriz e Codó (**Mapa 1**), é interessante, pois permite compreender como situações de trabalho escravo rural se desenvolvem em regiões bem distintas em sua formação histórica. Enquanto em Codó a pecuária extensiva é a atividade econômica predominante, no município de Açailândia a grande propriedade serve de base para os plantios de eucalipto que abastecem a atividade siderúrgica e para o desenvolvimento de uma pecuária dita moderna, associada a um arranjo produtivo que envolve o beneficiamento de carne (frigoríficos) e de leite (laticínios). Por conta dessa situação, Codó, cuja economia encontra-se estagnada, é um local de origem de movimentos migratórios, enquanto Açailândia foi, até os anos 1990, um importante polo de atração de migrantes.

Para a produção do presente texto, utilizamos dados de pesquisas feitas com famílias de trabalhadores que foram resgatados de situações classificadas como de trabalho escravo¹ nos municípios acima citados. Para alcançarmos esses trabalhadores resgatados, tomamos como referência as informações sobre seu endereço localizado na ficha de identificação que os fiscais da equipe móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho preenchem. No caso da fiscalização de Codó, o local de residência que apareceu com maior frequência foi o bairro

do Codó Novo, enquanto no caso de Açailândia, as informações de residência apontaram para o bairro de Vila Ildemar.

Com base nessas informações (local de residência dos trabalhadores resgatados), decidimos realizar pesquisa quantitativa nesses dois bairros, procurando identificar o perfil socioeconômico dos seus moradores, ao mesmo tempo em que alguns integrantes do nosso grupo de pesquisa entrevistavam trabalhadores que foram escravizados com o intuito de compreender o papel desempenhado pela atividade que exerciam quando foram resgatados da situação de trabalho escravo com o funcionamento da economia do grupo familiar².

O artigo está organizado em quatro seções, considerando essa introdução e a conclusão. Na primeira seção, apresentamos um quadro geral da economia maranhense, destacando as atividades econômicas responsáveis pelo assalariamento rural e descrevemos a geografia do trabalho escravo no estado. Na segunda parte, discutimos a reprodução do trabalho escravo, considerando a inserção dos trabalhadores nos diferentes contextos socioeconômicos pesquisados. Na última seção, fazemos um exercício de comparação das duas regiões pesquisadas, procurando identificar elementos comuns e diferenças nas situações de trabalho escravo, de forma a ampliar a compreensão dos fatores que estão na base da reprodução desse fato social.



Mapa 1

As principais atividades da agropecuária maranhense, trabalho assalariado rural e geografia do trabalho escravo

De acordo com os dados do Censo Agropecuário para o ano de 2006, havia 991.600 pessoas ocupadas no campo maranhense, trabalhando em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. Ainda segundo essa fonte de informação, as atividades econômicas que respondiam pela maioria dessas ocupações eram, respectivamente, as lavouras temporárias, a pecuária e criação de outros animais e a produção florestal (florestas plantadas e florestas nativas) (Tabela 1).

Tabela 1– Pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário em 31/12, de 14 anos ou mais, segundo o grupo de atividade econômica (2006).

Grupo de Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas	
	Número	Em %
Lavoura Temporária	539.963	54,45
Lavoura Permanente	21.597	2,17
Pecuária e Criação de Outros Animais	302.518	30,50
Produção Florestal (Plantadas e Naturais)	105.888	10,68
Pesca e Aquicultura	6.795	0,68
Horticultura e Floricultura	14.737	1,48
Sementes e mudas	102	0,001
Total	991.600	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE)

Vale registrar que essa informação do Censo Agropecuário inclui pessoas empregadas com ou sem carteira assinada, trabalhando em todos os estabelecimentos agrícolas, incluindo os relativos à agricultura familiar (com extensão de até quatro módulos fiscais). Para identificar os trabalhadores formalmente empregados, precisaríamos utilizar outras fontes de informação, caso da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE³.

Voltando aos dados da Tabela 1, algumas explicações precisam ser adicionadas, de modo a compreendermos o tipo de trabalho que é realizado nas principais atividades geradoras de ocupação de mão de obra. A primeira explicação corresponde aos diferentes tipos de atividades agrícolas que são classificadas pela denominação “lavoura temporária”. No estado do Maranhão, essa denominação inclui atividades com dominância da agricultura familiar, caso da cultura do arroz e do feijão, e outras com dominância do agronegócio, como no caso da soja e da cana-de-açúcar (CARNEIRO, 2013a). Como a atividade sojícola é fortemente intensiva em capital, gerando um pequeno número de empregos agrícolas permanentes e a lavoura da cana-de-açúcar concentra-se em alguns municípios do estado⁴, podemos supor que a maior parte das ocupações indicadas nessa tabela corresponde a trabalhos realizados no âmbito da agricultura familiar. Nesse sentido, quando consideramos os dados para ocupações

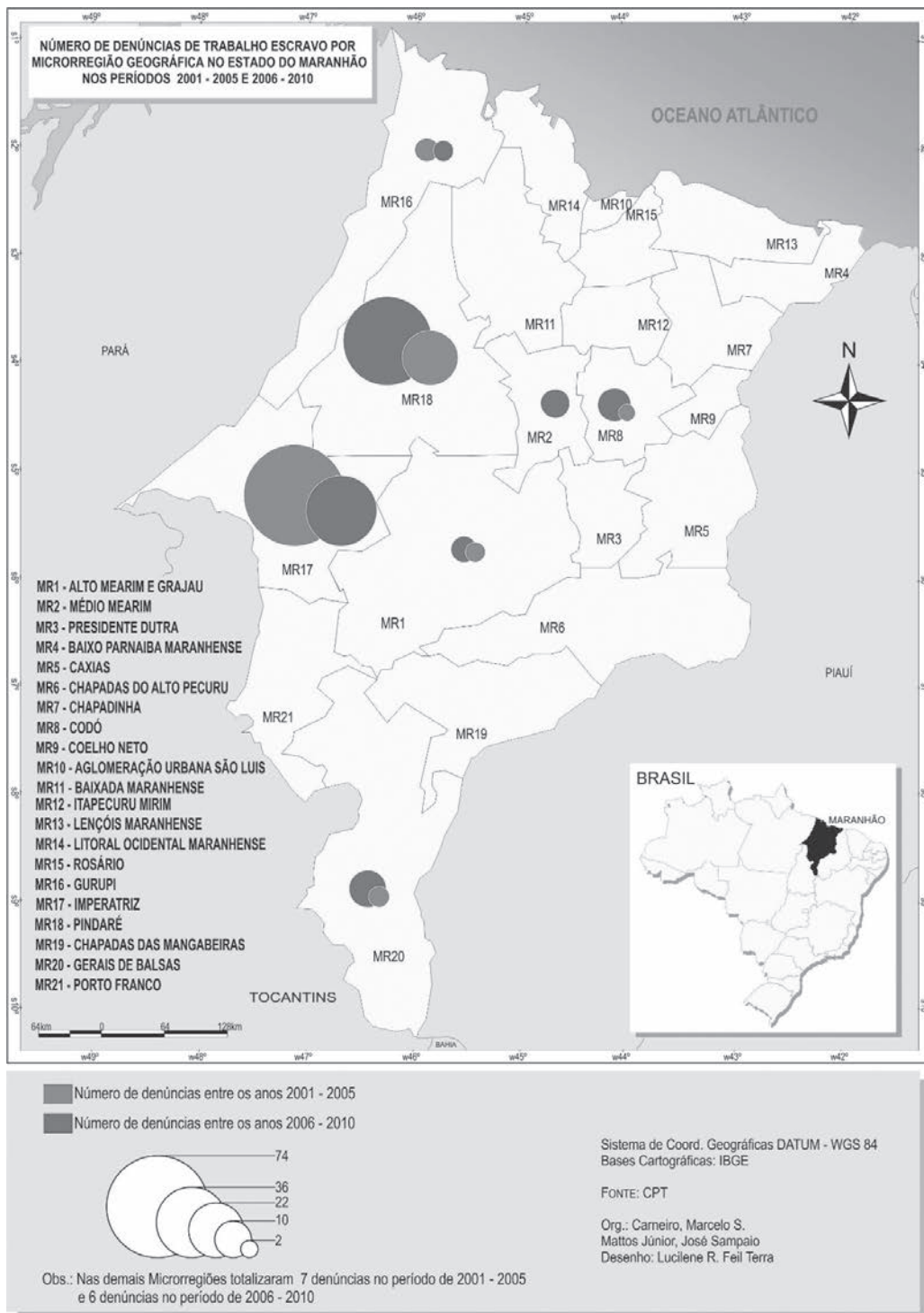
geradas por estabelecimentos da agricultura não familiar no Censo Agropecuário, temos um total de 45.411 pessoas ocupadas.

A segunda atividade que mais ocupa trabalhadores é a pecuária e criação de outros animais, com 30,50% do total. A principal atividade pecuária realizada no estado é a criação de gado bovino para corte e, em menor medida, para a produção de leite. Enquanto a criação de gado para o corte é uma atividade realizada principalmente por grandes e médios proprietários de terra, a bovinocultura de leite também é realizada por agricultores familiares (CARNEIRO, 2015). Como veremos mais adiante, a atividade pecuária concentra a maioria dos casos de trabalho escravo no estado do Maranhão.

A terceira atividade que mais ocupa trabalhadores no setor agropecuário é a produção florestal, que no estado do Maranhão, até 2006, é representada pelo plantio e manejo de espécies florestais exóticas (principalmente o eucalipto) e naturais para a produção de carvão vegetal⁵, e a partir de 2014, para a produção de papel e celulose⁶. As ocupações agrupadas nessa rubrica envolvem desde trabalhadores que atuam no plantio e manutenção das plantações florestais, trabalhadores que realizam o corte (leal ou ilegal) de mata nativa e aqueles envolvidos na produção de carvão vegetal. Neste último caso, que concentra um número importante de denúncias de situação de trabalho escravo, a produção de carvão é realizada para atender à demanda da indústria siderúrgica, cujas fábricas se localizam nos municípios de Açailândia, Pindaré-Mirim e Bacabeira.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra para o período 2003-2014, de um total de 301 casos de trabalho escravo denunciados no estado do Maranhão, 229 ocorreram na atividade da pecuária, representando 76% do total, vindo em seguida 29 casos em lavouras (10%), 26 na atividade de carvoejamento (9%), 6 em atividades de desmatamento (1%) e 6 em atividades de construção civil (1%).

Trabalhando com dados da CPT, mas para um período diferente de tempo (2001 a 2010), Carneiro & Assis (2013) identificaram uma correspondência entre a ocorrência de situações de trabalho escravo e a atividade pecuária, pois, conforme pode ser visto no mapa abaixo, as denúncias de situações de trabalho escravo são mais fortes justamente nas MRHs que concentram a maior parte do rebanho bovino estadual (Imperatriz e Pindaré), aparecendo com menor incidência em MRHs onde predomina a atividade sojícola (Gerais de Balsas), a atividade pecuária de pequeno e médio porte (Médio Mearim) e o latifúndio rentista tradicional⁷ (Codó).



Mapa 2

Quem são e como vivem os trabalhadores resgatados das situações de trabalho escravo

Levantamento realizado por Vieira (2008), a partir de dados de operações de fiscalização realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no sul e no sudeste do Pará, classificou os trabalhadores resgatados em três grupos, que ela designou como: moradores (“vivem na região e se deslocam para municípios vizinhos ou dentro do mesmo estado à procura de trabalho temporário”), migrantes (“atravessam grandes distâncias, deslocando-se de outros estados e retornando para casa depois de meses de trabalho temporário”) e “peões do trecho” (“que não retornam para casa, a não ser eventualmente, e que fazem do deslocamento permanente seu modo de vida”).

Nas duas situações investigadas por nossa pesquisa, em Açailândia e Codó, a maioria dos trabalhadores resgatados se enquadra na definição de moradores acima indicada, ou seja, trata-se de trabalhadores que residem no próprio município (ou em municípios próximos) em que ocorreu a operação de resgate, morando em bairros populares, e que, quando não estão envolvidos no trabalho em carvoarias e fazendas, sobrevivem realizando algum tipo de atividade agrícola (Codó) ou de pequenos negócios da chamada economia informal (Açailândia).

No caso do município de Codó, a economia do grupo doméstico em que se inserem esses trabalhadores resgatados foi objeto de investigação de Moura (2009). Nesse estudo, a autora verificou que esses trabalhadores são moradores de bairros periféricos da sede do município, e que para sobreviver alternam dois tipos de atividades econômicas: o cultivo de produtos agrícolas (principalmente do arroz, mas podendo também incluir milho, feijão e mandioca) em terras arrendadas e o trabalho em atividades de preparação e manutenção de pastagens em fazendas no município ou em regiões próximas.

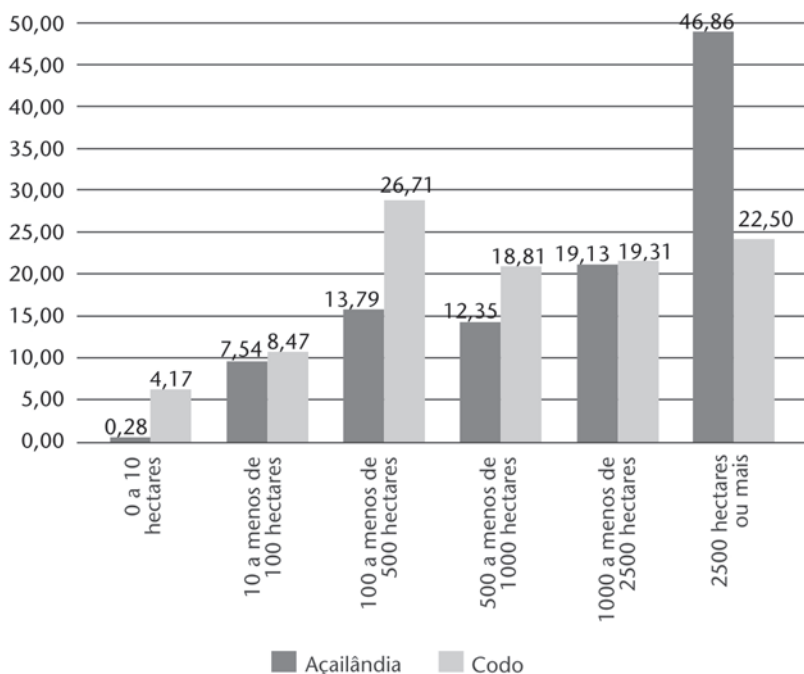
Os trabalhadores resgatados em Açailândia possuem um perfil diferente, com uma trajetória ocupacional que compreende uma experiência anterior de trabalho assalariado na indústria madeireira – que teve forte participação na economia do município nos anos 1970/80. Atualmente, esses trabalhadores dividem seu tempo entre o trabalho agrícola (em fazendas, carvoarias e atividade de reflorestamento) e pequenos negócios urbanos realizados na sede do município de Açailândia⁸.

Essas diferentes formas de inserção no mundo do trabalho estão relacionadas com as características do emprego urbano e rural nesses dois municípios. Enquanto Codó tem uma economia articulada em torno da administração pública, do setor de comércio e de serviços, contando com uma agricultura pouco desenvolvida, assentada numa propriedade fundiária extremamente concentrada, predominando o arrendamento como principal forma de acesso a terra por esses ex-camponeses que vivem nos bairros populares das sedes municipais⁹ (CARNEIRO; MOURA, 2008), Açailândia se destaca pela importância dos empregos gerados

no comércio, na atividade siderúrgica e na agropecuária, predominado neste último segmento a atividade pecuária e o reflorestamento para produção de carvão vegetal (RAMALHO; CARNEIRO, 2015). De forma semelhante a Codó, a estrutura da propriedade da terra é bastante concentrada em Açailândia; contudo, tanto a pecuária como o reflorestamento não abrem espaço para a reprodução de formas camponesas de arrendamento, limitando a possibilidade de reprodução dos trabalhadores de Açailândia através desse mecanismo.

Ou seja, apesar de esses dois municípios possuírem uma estrutura fundiária semelhante (Gráfico 1), com uma elevada concentração fundiária, predominando os estabelecimentos agropecuários acima de 500 hectares (representam 60,62% da área dos estabelecimentos em Codó e 78,34% em Açailândia), observa-se uma diferença importante no que concerne ao tipo de latifúndio que predomina em cada localidade. Enquanto em Açailândia a grande propriedade está orientada para a produção moderna de bovinos (de leite ou de corte) e o plantio industrial de eucalipto, em Codó prevalece a criação de gado segundo padrões tradicionais, cujo melhor indicador é a baixíssima relação de cabeças de gado por hectare.

Gráfico 1: Comparação da estrutura fundiária dos municípios de Açailândia e Codó, segundo a distribuição da área dos estabelecimentos por Grupos de Área Total (em %).



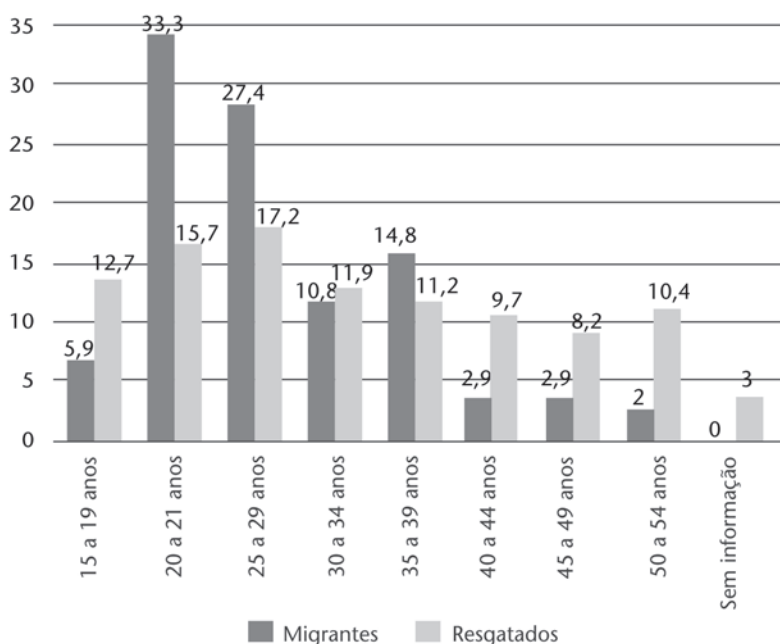
Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE).

Um ponto comum às duas situações investigadas é a condição de extrema vulnerabilidade em que vivem esses trabalhadores, uma vez que o baixíssimo nível de escolaridade – 67,7% dos resgatados estudados em Codó eram analfabetos (MOURA, 2009), é um número semelhante

ao encontrado para trabalhadores adolescentes resgatados por uma operação de fiscalização do GEFM em carvoarias no município de Açailândia, realizada em 1997 (CARNEIRO, 2013b).

Um aspecto que se destaca nas informações levantadas sobre os trabalhadores resgatados de situações de trabalho escravo no município de Codó é sua idade elevada, com 28,3% dos pesquisados com 40 anos ou mais. Esse dado é importante, pois, quando o comparamos com informações de outra pesquisa realizada no município com trabalhadores migrantes, que se deslocam temporariamente para o corte de cana em São Paulo, identificamos para a mesma faixa de idade (= ou > 40 anos) um percentual bem inferior (7,8% dos entrevistados) (Gráfico 2).

Gráfico 2: Faixa etária dos trabalhadores resgatados e trabalhadores inseridos no fluxo migratório para a lavoura canavieira no município de Codó (em %).



Fonte: (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Ou seja, apesar de encontrarmos pessoas de todas as faixas de idade no grupo de trabalhadores migrantes e no grupo de trabalhadores resgatados, a presença de trabalhadores em idade mais avançada (40-44; 45-49 e 50-54) é bem mais forte nesse último caso, o que indica que esse tipo de trabalho – no caso de Codó, a limpeza da área para o plantio e a renovação da pastagem – é uma alternativa para pessoas que já não conseguem aguentar o forte esforço físico do trabalho nos canaviais ou que não têm capacidade para fazer o investimento (físico e financeiro) que representa o deslocamento para uma atividade distante (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Além do trabalho nas fazendas situadas no município de Codó ou nas proximidades, os trabalhadores entrevistados revelaram que “realizam trabalhos informais na cidade, denominados bicos, atuando principalmente na limpeza de terrenos, em serviços gerais na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares” (MOURA, 2009, p.77). Mas a situação de precisão pode também implicar a mobilização de membros mais jovens do grupo familiar, quando eles assumem a responsabilidade pela manutenção da família, como no caso de Roberto, um adolescente de 15 anos que encontramos trabalhando em uma carvoaria no município de Açailândia, que nos informou que passara a fazer esse tipo de trabalho por causa do acidente que seu pai havia sofrido, o que fez com que ele tivesse que assumir precocemente o papel de principal fonte de recursos para a manutenção da família (CARNEIRO, 2013b).

A economia da precisão implica, portanto, pelo lado da oferta, uma situação em que as alternativas de trabalho oferecidas mostram-se limitadas e, pelo lado da demanda, a situação de um contingente de trabalhadores com baixo nível de qualificação, pertencentes a famílias em condição de vulnerabilidade, como foi expresso em um relato colhido por Vieira (2008):

Nós trabalhamos com gato, né? A gente que está com precisão tem que aguentar esse tipo de coisa. Eu não tenho outro apelo, não tenho outra profissão, nem ler eu não sei, nem assinar meu nome eu não sei, eu vivo é dos meus braços (p.233).

Ou no caso documentado por Moura (2009), quando o trabalhador diz que só se submete ao trabalho na fazenda quando está no último grau de *precisão*, uma vez que:

Lá na fazenda tudo é péssimo. Aquela comida que eles falam que é de peão; um arroz quebrado e misturado e só. Carne é muito difícil de ver. A água que a gente bebe anda até animal e a gente tem que banhar também; tudo no mesmo açude. A única coisa que é bom do trabalho é quando a gente recebe o troco (p. 98).

No caso dos trabalhadores de Codó, que articulam o trabalho degradante nas fazendas com a atividade agrícola em terras arrendadas, o “tempo da precisão” é identificado com o período do ano em que o arroz colhido na própria roça já terminou e o trabalho nas fazendas ainda não começou, ou seja, com o período do chamado inverno (entre janeiro e abril) (MOURA, 2009), ao passo que em Açailândia ele se refere a uma situação permanente, pois, diante de um mercado de trabalho urbano limitado (MANCINI, 2015), esses trabalhadores não têm outra opção a não ser a inserção em atividades econômicas fortemente precarizadas.

Conclusão

A discussão realizada nas seções anteriores procurou contextualizar duas situações diferentes de produção do trabalho escravo no campo maranhense, de forma a pôr em relevo os constrangimentos que levam pessoas a se submeter a condições degradantes e indignas de trabalho, classificadas pela legislação brasileira como a de análoga à de escravos, segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

A configuração socioeconômica de Codó, município surgido no processo de expansão da lavoura algodoeira, no século XVIII, no estado do Maranhão (MELO, 1990), de características mais rurais que Açailândia, é marcada pelo predomínio de um latifúndio improdutivo, gerido com o objetivo de apropriação da renda fundiária da terra. Essa estrutura socioeconômica gera poucas oportunidades de emprego na cidade, restando aos trabalhadores mais jovens a alternativa da migração para o trabalho nos canaviais paulistas e, para os mais velhos, os “bicos” em fazendas na região próxima, o que quase sempre ocorre em condições degradantes, que estão na base das fiscalizações de trabalho escravo já realizadas na região.

O caso de Açailândia difere em vários aspectos do anteriormente citado, pois trata-se de um município que surgiu no processo de ocupação da fronteira amazônica nos anos 1950/60, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília e, desde então, vem servindo de base para a implantação de empreendimentos industriais (siderurgia a carvão vegetal) e de uma agropecuária com padrões técnicos que podem ser considerados modernos para o setor (MANCINI, 2015). Contudo, apesar de base econômica mais diversificada, as oportunidades de emprego urbano são limitadas devido à crise do setor siderúrgico (RAMALHO, CARNEIRO, 2015), ao passo que a atividade agropecuária predominante (pecuária de corte) gera pouquíssimos empregos permanentes. Nessa configuração socioeconômica, as oportunidades de trabalho para os chamados “peões de trecho” (VIEIRA, 2008) restringem-se à abertura e à manutenção de pastagens e ao trabalho carvoeiro.

Se as oportunidades de ocupação e emprego são limitadas em ambas as situações, o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional não permite aos trabalhadores sonhar com uma inserção de melhor qualidade no mercado de trabalho. Nesse sentido, fragilizados economicamente e com a premência da necessidade da reprodução individual ou familiar, tornam-se presas fáceis para o recrutamento de “gatos” e “empreiteiros”, rumo a situações de trabalho escravo.

Notas

¹ Os trabalhadores entrevistados na pesquisa foram resgatados da situação “análoga à de escravos” (Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, 2003) pela equipe de fiscalização coordenada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e foram localizados a partir do cadastro do seguro-desemprego.

² No caso do município de Codó, essas entrevistas foram feitas por Flávia Moura para sua dissertação de mestrado, intitulada “Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)”. As informações sobre Açailândia são baseadas em pesquisa que realizei no final dos anos 1990 sobre a questão do trabalho escravo nesse município (CARNEIRO, 2013) e que foram atualizadas por pesquisas posteriores.

³ De acordo com dados da RAIS para o ano de 2009, tivemos 17.495 empregos formais na atividade agropecuária; ao passo que, nesse mesmo ano, a PNAD indicou a existência de 145.000 empregados na agricultura. Considerando esses dois dados, temos que apenas 12% do total de pessoas ocupadas como empregados teriam um emprego formal.

⁴ Caso dos municípios Campestre do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, Coelho Neto e Aldeias Altas.

⁵ No Censo Agropecuário de 1995, o IBGE apresentava de forma diferenciada o efetivo de pessoas ocupadas na produção de carvão vegetal dos envolvidos na atividade silvicultura e exploração vegetal, o que deixou de realizar

no Censo de 2006. Em 1995, foi registrado um total de 39.798 pessoas trabalhando na produção de carvão vegetal e de 136.654 na atividade de silvicultura e exploração vegetal.

⁶ A partir da inauguração de uma unidade fabril da empresa Suzano Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz.

⁷ Na definição de Andrade (1986), para quem o estabelecimento da grande propriedade agropecuária incentivada no Maranhão foi um empreendimento tipicamente rentista, isto é, o objetivo dos seus proprietários não foi a implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas, sim, a obtenção de recursos por meio da capitalização da propriedade da terra.

⁸ Pesquisa que realizamos nos principais bairros de Açailândia nos quais ocorre o recrutamento para as situações de trabalho escravo identificamos que cerca de 75% dos chefes de família dos domicílios pesquisados tinham como ocupação principal o trabalho em atividades da economia informal realizadas na sede do município.

⁹ Segundo Martins (1990, p.163) o que caracteriza a renda da terra pré-capitalista é que ela é paga diretamente pelo camponês ao proprietário fundiário, ao passo que a renda da terra capitalista é paga pelo capitalista que alugou a terra para explorá-la ao proprietário fundiário. No caso estudado, a renda é paga diretamente pelo camponês (ou trabalhador rural) ao proprietário fundiário, mas não creio que se trata de uma forma de renda pré-capitalista, sendo mais bem classificada como uma forma não capitalista de exação da renda da terra. O fundamento último dessa forma de extração da renda da terra é que ela permite aos proprietários fundiários a possibilidade de mobilizar mão de obra para a realização de atividades econômicas em suas posses (ou propriedades) por meio de diferentes mecanismos de exploração dessa força de trabalho, o que pode significar a existência de situações de trabalho escravo (MOURA, 2009) ou o estabelecimento de relações do tipo patrão-cliente (CARNEIRO, 2013).

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. "Estrutura agrária e relações de trabalho no campo maranhense: balanço dos últimos quarenta anos". In: _____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013a, pp.133-174.

_____. "Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania, além da mera exclusão". In: _____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013b, pp.133-174.

_____. "Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA". In: **Sinais Sociais**, v. 10, pp. 129-149, 2015.

CARNEIRO, M. D. S., MARINHO, K., SANTOS, A. J. "Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo". In: NOVAES, J.R. e ALVES, F. (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2007, pp. 215-232.

CARNEIRO, Marcelo D. S.; MOURA, Flavia de A. **Migrações no Maranhão contemporâneo: análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para rumo à lavoura da cana em São Paulo**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S; ASSIS, William Santos. **Relatório final do projeto de pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira**. São Luís: FAPEMA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em 15/01/2016.

MANCINI, Roberto Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, 2015 (Dissertação de Mestrado).

MELO, Maria Cristina P. de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1960-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Flávia A. **Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**. São Luís: EDUFMA, 2009.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira, in: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M.S. (Orgs.). **Ações coletivas nos complexos minero-metalúrgicos da Amazônia e do Rio de Janeiro**. São Luís: EDUFMA, 2015, pp. 15-43.

VIEIRA, Maria Antonieta da C. Trabalho escravo, trabalho temporário e migração. In: CERQUEIRA, G. C. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Eitora. da UFRJ, 2008, pp.227-240.

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 25/06/2016